

A escultura de Yutaka Toyota no Aeroporto de Brasília: o vazio que permanece



» **ROGÉRIO CARVALHO**
Arquiteto, especialista em patrimônio histórico, diretor-curador dos palácios presidenciais do Brasil

Poucos episódios da história recente da arte pública brasileira revelam tão claramente a fragilidade de nossas políticas de preservação quanto o desaparecimento da escultura monumental de Yutaka Toyota, instalada no balão do Aeroporto Internacional de Brasília no final da década de 1970. A obra, concebida no auge da pesquisa cinética e construtiva de Toyota, inseria-se no conjunto de intervenções urbanas destinadas a afirmar Brasília como uma cidade moderna, aberta às linguagens contemporâneas e comprometida com uma paisagem estética integrada à arquitetura.

A peça chegou ao Distrito Federal como resultado de um esforço conjunto entre órgãos públicos e o circuito artístico brasileiro, que buscava, naquele período, descentralizar a presença da arte em espaços urbanos. Toyota já era, à época, reconhecido como um dos principais nomes da arte cinética no país — um artista que manipulava forma, movimento e geometria com precisão quase científica. Sua escultura, composta de estruturas metálicas inclinadas e volumes prismáticos interagindo com o horizonte amplo de Brasília, foi instalada

estrategicamente no acesso principal ao aeroporto: um ponto de recepção simbólica para quem chegava à capital do país.

A obra cumpriu durante anos essa função de marco urbano, instaurando no balão de acesso um diálogo poético entre o céu, o vento e a geometria. Ali, a escultura atuava como uma espécie de portal visual, preparando o olhar do visitante para a monumentalidade arquitetônica que se revelava ao longo do Eixo Monumental. Era, ao mesmo tempo, um cartão de visita e um lembrete da vocação modernista da cidade.

No entanto, em 2005, ocorreu o que viria a se tornar um dos casos mais inexplicáveis da história do patrimônio artístico de Brasília: a obra simplesmente desapareceu. Não há registro público de remoção técnica, não há documentação oficial de transferência, não há relatório de restauro e tampouco há justificativas administrativas que expliquem sua ausência. A escultura foi retirada do local — por quem, como e com qual autorização, ninguém se responsabiliza — e nunca mais reapareceu em nenhum espaço público ou inventário institucional.

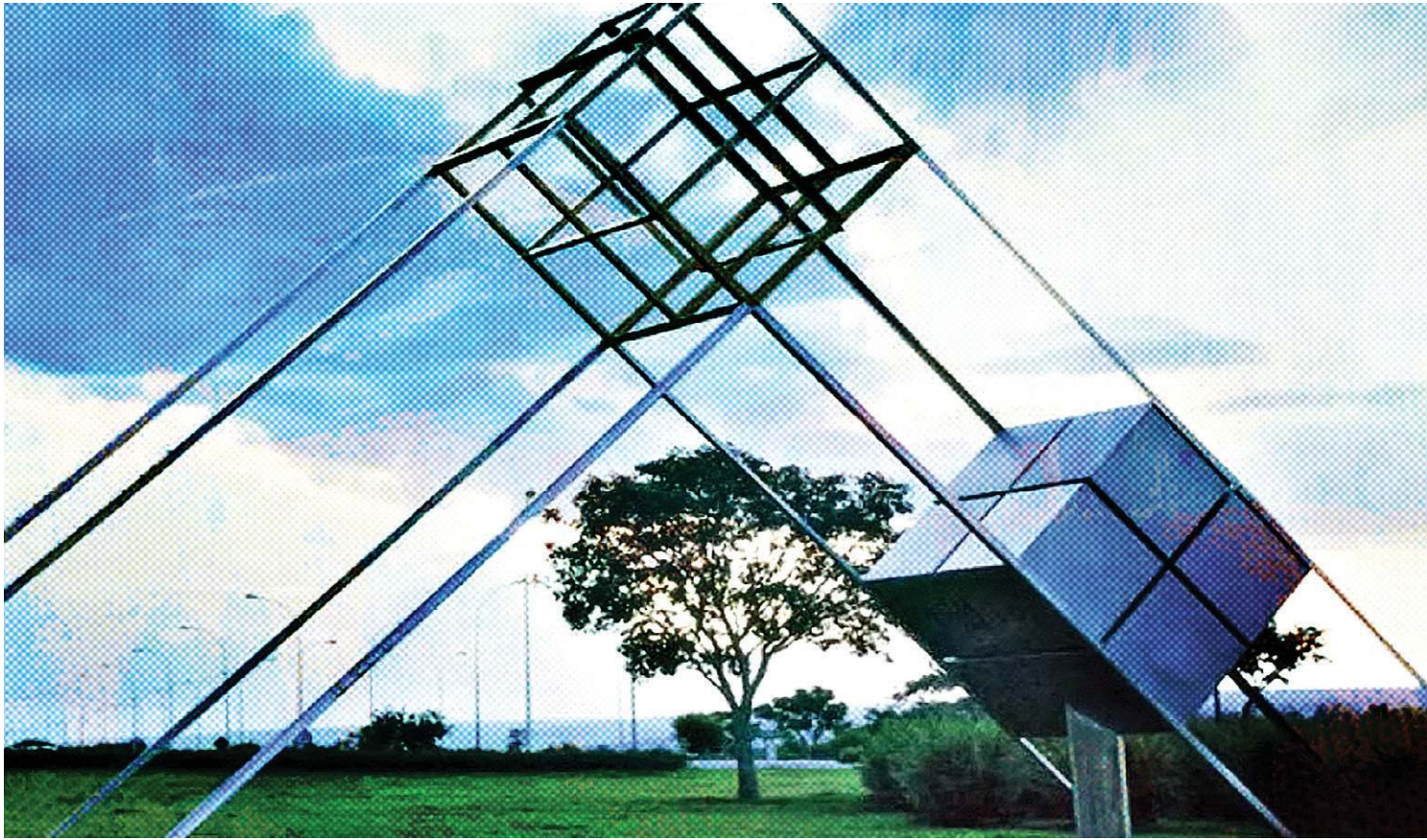
Esse desaparecimento revela uma série de vulnerabilidades estruturais. Em primeiro lugar, expõe a falta de um cadastro consolidado e atualizado de obras de arte instaladas em áreas públicas do Distrito Federal. Em segundo, evidencia a ausência de protocolos de preservação, guarda e movimentação de bens culturais que, em qualquer país minimamente comprometido com sua memória, seriam tratados como patrimônio inalienável. Por fim, denuncia a permanência de um paradigma de negligência,

no qual a arte pública é vista como ornamento descartável e não como um componente essencial da identidade urbana.

A perda da obra de Toyota não é apenas material. Ela é simbólica. Ao desaparecer, ela produz um vazio que ultrapassa o espaço físico e se inscreve na própria narrativa da cidade. Brasília, concebida como síntese da modernidade brasileira, perde mais do que um objeto artístico: perde um gesto, uma intenção, uma afirmação de futuro. A ausência dessa escultura revela como os descuidos sucessivos podem fraturar silenciosamente a memória coletiva, corroendo a noção de que a cidade é também um museu a céu aberto.

Hoje, falar do sumiço da obra de Toyota é insistir em um debate urgente: a necessidade de restaurar não apenas o que se perdeu, mas os mecanismos que deveriam impedir perdas como essa. É exigir transparência, responsabilização e políticas públicas que tratem a arte urbana com a dignidade que ela merece. É lembrar que uma cidade que não protege seus símbolos erodidos pelo tempo ou pelo descaso acaba, ela mesma, corroída em sua essência.

Enquanto a obra não for localizada, explicada ou devidamente reconhecida em sua ausência, Brasília continuará convivendo com esse vazio — um vazio que não é apenas espacial, mas ético e institucional. E é justamente por isso que a memória da escultura de Yutaka Toyota no balão do aeroporto precisa ser continuamente reavivada: porque ela nos lembra que o patrimônio não some por acaso e que o silêncio diante de sua perda é, em si, uma forma de deterioração.



O palco, a sala de aula e o futuro do país



» **PRISCILA SEIXAS**
Presidente do Instituto Burburinho

» **MARCELA PALOMA**
Coordenadora de Comunicação de Institucional e de Projetos do Instituto Burburinho

Escola é, historicamente, um dos espaços mais potentes de formação na vida de crianças e jovens. Mas também é, muitas vezes, o lugar onde culturas e histórias são apagadas — reflexo de uma herança estrutural que define quais narrativas merecem ser contadas e quais devem permanecer à margem.

Esse apagamento não é uma abstração. A pesquisa Panorama da Primeira Infância: o impacto do racismo, realizada pelo Datafolha a pedido da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, revelou um dado alarmante: uma em cada seis crianças de até 6 anos já foi vítima de racismo no Brasil. E, mais grave ainda, creches e pré-escolas são os espaços onde a maioria desses episódios acontece.

Os números escancaram uma contradição que o país insiste em naturalizar: a mesma instituição responsável por ensinar cidadania reproduz práticas discriminatórias que afetam

o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças negras. Isso compromete a formação de toda uma geração e perpetua desigualdades como se fossem parte inevitável da vida escolar.

É por isso que, embora novembro seja marcado pelo Dia da Consciência Negra, o combate ao racismo não pode ser tratado como pauta sazonal. Não há transformação possível se a escola — espaço central da vida social — reforça o racismo nos meses silenciosos e tenta repará-lo apenas na data comemorativa. A consciência negra não cobre lacunas: ela as revela. E exige compromisso diário.

É justamente nesse ponto que a cultura se torna aliada estratégica. Inserida no campo educativo, a arte é capaz de deslocar estruturas simbólicas, recontar histórias e ressignificar pertencimentos. É o que temos testemunhado com o espetáculo A história de Aya, apresentado pelo programa Arena Viva, do Instituto Burburinho Cultural.

Ao colocar uma protagonista negra no centro da narrativa — uma menina que lidera, aprende, atravessa tempos e se reconhece como rainha — o espetáculo oferece aquilo que muitas vezes o livro didático não alcança: um espelho positivo onde antes havia ausência. A construção de referências positivas na infância não é detalhe estético; é fundamento emocional, cognitivo e político. Afeta autoestima, desempenho escolar, capacidade de imaginação e senso de pertencimento.

Quando o teatro chega acompanhado de

material pedagógico estruturado — como o guia Resistência ontem, hoje e amanhã, escrito por sete pesquisadoras negras —, ele amplia sua potência. A cena emociona; o guia aprofunda. Juntos, criam continuidade crítica dentro da sala de aula e dão suporte aos educadores para aplicar a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira.

A lei aponta o caminho. Mas é a escola — fortalecida por políticas públicas, formação docente e iniciativas culturais — que lhe dá vida. Sem práticas educativas que enfrentem o racismo desde a primeira infância, a legislação permanece como promessa não cumprida.

Ver uma figura negra protagonizando a cena não é gesto simbólico isolado: é reparação, é pedagogia, é futuro. É dizer às nossas crianças que o Brasil que elas podem imaginar não precisa ser uma repetição das desigualdades que as ferem desde cedo.

Inspirados no provérbio africano que ensina que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, reafirmamos o compromisso de toda a sociedade — não apenas da escola — de enfrentar o racismo e fortalecer uma educação que acolha, proteja e valorize cada criança em sua integralidade.

Porque educar é também reconhecer que diferentes culturas formam o Brasil e ampliar as narrativas que chegam às crianças, trazendo à luz partes da nossa história que não foram contadas, para que todos possam se ver como parte viva deste país.

Demarcar terras indígenas: compromisso constitucional e civilizatório irrenunciável



» **JOSÉ GERALDO DE SOUSA JUNIOR**
Professor emérito e ex-reitor da UnB

» **RENATA CAROLINA CORREIA VIEIRA**
Advogada do Instituto Socioambiental (ISA)

Amanhã, o Supremo Tribunal Federal (STF) inicia o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.582, ajuizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) contra a Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023. Serão analisadas, ao mesmo tempo, as ADIs nº 7.583 e nº 7.586, apresentadas pelo PDT, PT, PCdoB e PV, além da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 87, ajuizada pelo Partido Progressista. Todas estão sob relatoria do ministro Gilmar Mendes.

A lei é ruim; seu histórico, ainda pior. Foi aprovada a toque de caixa, sem debate adequado com a sociedade e em evidente afronta ao STF, logo após a Corte afirmar, em setembro de 2023, a inconstitucionalidade do marco temporal. Esse movimento aprofundou a disputa entre os Poderes da República sobre quem deve, afinal, “dizer o direito”.

Após dois anos de suspensão motivados por uma tentativa frustrada de conciliação, que buscava negociar direitos indisponíveis e cuja própria titularidade se recusou a barganhá-los, o julgamento voltou à pauta em um contexto bastante significativo. Sua inclusão ocorreu logo depois que entidades do agronegócio questionaram no STF as demarcações anunciadas pelo Governo Federal durante a COP 30, o maior avanço em direitos territoriais indígenas dos últimos vinte anos. Na ocasião, o governo apresentou um conjunto de 37 terras indígenas, envolvendo homologações, declarações, portarias de restrição de uso para povos isolados, publicações de relatórios de identificação e delimitação e a criação de grupos de trabalho para novos estudos.

Chamada pelo movimento indígena de “Lei do Genocídio Indígena”, a Lei 14.701/2023 representa um grave retrocesso em vários aspectos dos direitos dos povos indígenas. O ponto mais crítico é a retomada da tese do marco temporal, já declarada inconstitucional pelo STF no Recurso Extraordinário 1.017.365, ao estabelecer que somente teriam direito à demarcação os povos que estivessem em suas terras em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

A lei também altera o procedimento demarcatório de forma a prolongar, politizar e dificultar seu andamento, podendo, na prática, inviabilizar o cumprimento do mandamento constitucional. Entre as mudanças, permite que municípios e estados, geralmente contrários às demarcações, indiquem profissionais para os estudos, e abre espaço para contestações em todas as fases do processo por qualquer interessado, o que o torna ainda mais lento.

E lento ele já é. As terras homologadas nos últimos três anos aguardaram, em média, 25 anos até a conclusão de seus procedimentos. Em casos como o da Terra Indígena Jeripancó, em Alagoas, essa espera chega a 33 anos.

Essa discussão não pode ser desvinculada do papel central que os povos indígenas desempenham no enfrentamento da crise climática. Seus modos de vida, profundamente ligados aos territórios, aliados ao conhecimento ancestral e à resiliência diante das mudanças ambientais, são essenciais para conter o avanço do colapso climático. A COP realizada em Belém, a primeira na Amazônia, evidenciou novamente a insuficiência das metas globais e a resistência do Norte Global em assumir compromissos reais para a eliminação dos combustíveis fósseis.

Demarcar Terras Indígenas não é apenas cumprir o artigo 231 da Constituição de 1988. É assumir um compromisso civilizatório que envolve duas dimensões. A primeira diz respeito à reparação de uma história colonial marcada por violência e que ainda impõe dívidas profundas aos povos indígenas. A segunda é a contribuição direta para enfrentar a crise climática, resultado de uma lógica de exploração predatória.

Demarcar terras não é o problema, é a solução. Estão certos — os povos — quando afirmam que o futuro é ancestral. Que o STF declare a inconstitucionalidade da Lei 14.701, reafirme os direitos originários e assegure um julgamento respeitoso, com participação efetiva dos povos indígenas e da sociedade civil. É fundamental garantir a publicidade e a transparência que a gravidade do tema exige.